

PERRY ANDERSON – ENTREVISTA *

1. Fale-nos alguma coisa a respeito de suas origens intelectuais, sua formação e seu ingresso na vida jornalística, política ou simplesmente profissional.

Minha formação política data de 1956, na Inglaterra, quando entrei para a Universidade de Oxford. Este foi o ano de uma grande crise política na Inglaterra devido à invasão do Egito pela Inglaterra, França e Israel, fato que politizou milhares de jovens que se opuseram a essa aventura imperialista. Além disso, foi também o ano da invasão soviética à Hungria. Foi o ano em que, em torno desses eventos, se formou a Nova Esquerda na Inglaterra, na verdade, a primeira das Novas Esquerdas no mundo. Eu tinha, então, 17 anos e tentei desde o início entrar na vida da esquerda na universidade.

A Nova Esquerda se cristalizou, por um lado, com a formação de uma revista chamada *Universities and Left Review*, por jovens militantes desiludidos com a política do Partido Trabalhista na Inglaterra; e, por outro lado, com a revista *The New Reasoner*, que era a expressão de uma velha geração de intelectuais comunistas, desiludidos com a intervenção soviética na Hungria e com as revelações do XX^o Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A *New Left Review* foi uma fusão dessas duas publicações, ocorrida quatro anos mais tarde, em 1960.

Esses foram, fundamentalmente, os anos de meu aprendizado político, quando era ainda bem jovem.

Do ponto de vista intelectual, tentei cursar Filosofia na Universidade, mas me rebelei porque o curso era extremamente provinciano e reacionário e, após algumas discussões com as autoridades universitárias, terminei por cursar Língua e Literatura Francesas. Minha formação intelectual, de certa forma, foi bastante diversificada: cursei História por um período, quis fazer Filosofia, mas me frustrei com o curso e acabei adquirindo uma formação literária à qual sou bastante grato. Houve aspectos bastante positivos nessa diversidade de influências que recebi. Quem estudasse Francês – Língua e Literatura – no final dos anos cinquenta, entrava em contato com uma

cultura incomparavelmente mais radical, mais marxista, mais socialista e com uma tonalidade muito mais revolucionária do que o que se podia encontrar na Inglaterra, cuja cultura, nessa época, era profundamente conservadora do ponto de vista político e intelectual. Meus interesses e atividades intelectuais, portanto, se coadunavam perfeitamente com as influências que eu recebia.

Assim, como vários intelectuais franceses de minha geração, poderia dizer que foi Jean Paul Sartre quem me abriu as portas do marxismo num primeiro momento. Os escritos de Sartre tiveram, sem dúvida, uma influência decisiva sobre mim, particularmente a *Questão do Método*, publicada em 1960, além de outras obras desse período.

2. Quais foram suas experiências pessoais como membro da *New Left Review*?

A *New Left Review* começa a existir, como já havia dito, em 1960 — ano em que saí da Universidade — a partir da fusão das duas outras publicações, com um corpo editorial muito amplo, composto por membros dos dois grupos editoriais anteriores. E começou com expectativas, em geral, bastante elevadas. Essas expectativas se baseavam, fundamentalmente, na crença de que o grande movimento britânico contra os armamentos nucleares, seria capaz de abalar profundamente as estruturas da política burguesa na Inglaterra. Acreditava-se que a “Campanha pelo desarmamento nuclear”, por ser um grande movimento de massa, levaria a uma radicalidade geral da esquerda. Em 1961, pela primeira vez, formou-se uma maioria a favor do desarmamento no Partido Trabalhista, o que foi um acontecimento importante, uma vez que as reivindicações da campanha pelo desarmamento diziam respeito às alianças imperialistas da Inglaterra na OTAN.

No entanto, embora o movimento trabalhista tenha resistido com tenacidade, houve grandes derrotas e, por volta, de 1962 as decisões do Quarto Congresso da “Campanha pelo desarmamento nuclear” haviam sido revogadas. Com essa derrota e com a crise dos mísseis de Cuba, o entusiasmo do movimento foi completamente destruído. Como outros movimentos de massa do período, ele teve fôlego curto. A consequência disso foi o surgimento de uma crise profunda na revista, que havia sido criada em 1960. Houve confusões, disputas internas, etc. O então editor da revista renunciou e não foi possível encontrar alguém que tivesse pertencido a alguma das duas editorias anteriores para assumir a revista. Houve, assim, um vácuo de poder. E foi nessas circunstâncias, por um acidente, que me tornei editor. Eu era, então, bastante jovem, por volta dos vinte e dois anos, e fui escolhido por camaradas muito mais experientes do que eu — mas em uma situação em que eles provavelmente não acreditavam que a revista sobrevivesse por muito tempo.

Daí para frente, foram necessários dois anos para que eu e meus companheiros mais próximos pudéssemos criar um corpo editorial completamente novo que, ao contrário do antigo, fosse declaradamente marxista militante e não de uma esquerda híbrida como a editoria anterior, que procurava não se definir como marxista. Insistimos que a revista deveria se tornar muito mais internacional quanto à cultura, muito mais marxista na teoria e mais radical em sua política. E a partir de 1964, foi criado um novo modelo de revista que conservou seus aspectos básicos até 1984.

Em relação ao caráter teórico da revista, é importante ressaltar alguns aspectos. De minha parte, trouxe para a revista um profundo conhecimento da obra de Sartre e do marxismo, que adquiri, de certa forma, mais através da obra de Lênin do que de Marx. Li Lênin, sistemática e profundamente, quando jovem, mais do que o fiz com a obra de Marx. No final da década de cinquenta, boa parte da obra de Marx ainda não estava traduzida, e não podia ser pesquisada, como alguns dos principais escritos do início de sua vida.

Um outro colega, Tom Nairn, era, por acaso, a única pessoa na Inglaterra, talvez a única pessoa na Europa naquele período, com um profundo conhecimento de Gramsci. Havia ficado dois anos em Pisa onde estudou e assimilou profundamente a obra de Gramsci, era completamente desconhecido na Inglaterra em 1956, como na França, Alemanha e, em toda parte, fora da Itália. O único país do mundo onde talvez houvesse um conhecimento comparável dos textos de Gramsci, era a Argentina onde, devido à antiga imigração italiana, havia pessoas como Juan Carlos Portantiero que realmente conhecia Gramsci. No nosso caso, no entanto, talvez pelo fato da tradição inglesa ser mais empírica, o interesse em Gramsci não se prendia ao conhecimento de seu texto, mas era essencialmente um interesse, digamos, assimilativo. O que nos interessava, e essa era nosso projeto inicial, era fazer uma análise da sociedade e cultura inglesas comparável à análise que Gramsci havia feito da Itália. E nos dispusemos a fazê-lo. Assim, a partir de 1964, escrevemos uma série de ensaios tentando basicamente analisar a história e a sociedade britânicas dentro de uma perspectiva gramsciana de longo alcance. Isso criou grandes polêmicas com a velha geração que havia criado a *New Left Review*, na medida que consideravam a nossa abordagem excessivamente teórica, comparativa e dogmática. E, evidentemente, nós recusávamos e resistíamos a essa caracterização. Edward Thompson escreveu uma famosa crítica a nós, chamada *The Peculiarities of the English*, defendendo a maneira inglesa de ver as coisas e dizendo que nós não precisávamos de Gramsci ou de elementos e influências francesas em nossos trabalhos.

Gostaria assim de ressaltar a respeito da história intelectual da revista que, como uma base inicial, exerceu um forte componente sartreano e, em algumas pessoas, uma influência mais forte de Gramsci. Foram esses os elemen-

tos iniciais de nossa formação. Mais tarde, porém, incorporamos um componente lukacsiano bastante forte. Um refugiado húngaro, que deixou a Hungria em 1956, passou a fazer parte de nosso comitê editorial e trouxe consigo um conhecimento muito direto não só do próprio Lukács, mas de sua obra e sua tradição. E finalmente, a partir de 1966, fomos nós, provavelmente, a primeira revista no mundo, fora da França, a ter uma rápida percepção da obra de Althusser. Nós lemos Althusser quase simultaneamente à sua publicação na França e, imediatamente, um setor mais jovem de nosso comitê editorial se tornou entusiasticamente althusseriano. Eu diria que, dentro da tradição marxista ocidental, tivemos, diretamente, quatro influências intelectuais muito importantes, que podem responder pela riqueza da revista e pela sua tolerância, já que estávamos preocupados em introduzir obras não conhecidas na Inglaterra. Se houve uma tradição importante da qual não nos aproximamos — o que considero uma perda — foi a do pensamento da Escola de Frankfurt, do qual nunca tivemos nenhuma representação direta e real em nossa editoria. E acredito hoje, fazendo uma análise retrospectiva, que isso nos levou a fazer alguns julgamentos errados sobre a Escola de Frankfurt.

Finalmente, do ponto de vista político, o momento decisivo foi o de Maio de 1968, que apontou para levantes revolucionários na França e suscitou uma grande preocupação com os estudantes nos países capitalistas avançados. Evidentemente, a Primavera de Praga também forçou ainda mais e de certa forma, impôs a necessidade de nós próprios tomarmos posições políticas claras e definirmos as bases políticas da revista, tanto em relação à política interna quanto em torno dos debates políticos internacionais. Foi nessa época, de 1969 a 1971, que a revista passou a ter uma abordagem mais política do que intelectual.

3. Fale-nos de seus primeiros trabalhos publicados na revista. Parece que o primeiro foi sobre o modelo sueco. Como e quando foi isso?

Ainda quando estudante, viajei pela Suécia que, apesar de ser considerada uma espécie de paraíso pelos social-democratas ingleses, era, na verdade muito pouco conhecida. Poucas pessoas conheciam a Suécia e eu queria ver como era o país. Acabei ficando bastante interessado pela Suécia e Escandinávia e até hoje mantenho este interesse, ao mesmo tempo que, tanto na Inglaterra quanto no restante da Europa, elas continuam a ser pouco conhecidas. Naturalmente, não compartilhei da apreciação extremamente positiva da social-democracia sueca que era corrente entre vários líderes do Partido Trabalhista. Considerei a experiência, entretanto, bastante interessante e, desde então, a revista tem mantido um contato bastante estreito com a esquerda sueca e escandinava. Um dos colaboradores mais importantes nesses anos, tem sido o sociólogo marxista sueco, Jan Tepper. O artigo central do último número da revista é dele, o cientista social mais brilhante de minha

geração entre os marxistas, nos países capitalistas avançados. Sua obra é muito mais rica e significativa do que a obra de Poulantzas, que é também um grande pensador.

4. Depois vem o trabalho, publicado entre nós pela Civilização Brasileira, chamado *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*. Você passou de uma das formas mais avançadas de capitalismo para a mais atrasada. Por que?

Isso foi circunstancial. Eu procurava algum trabalho quando saí da universidade, e havia uma organização africana chamada "*African Research Bureau*" que queria fazer uma publicação sobre a situação das colônias portuguesas depois da primeira insurreição em Angola em 1961. Fui contratado para fazer a pesquisa e me interessei bastante pelo trabalho. Mas, no entanto, o trabalho final não pode ser considerado um trabalho científico e eu não faço sua apologia, o mesmo acontece com o trabalho sobre a Suécia, que é, essencialmente, uma obra da minha juventude.

5. Há poucos dias, conversando sobre você com Otávio Ianni, soubemos que você passou, anos atrás, alguns meses em São Paulo, querendo estudar a realidade brasileira. Conte-nos sobre isso.

Sempre me interessei bastante pela América Latina e o Brasil. Ainda quando estudante fiz um trabalho sobre a luta pela independência na América Espanhola, a respeito de Bolívar. Devido ao sistema da Universidade de Oxford, era possível fazer esse tipo de trabalho em um curso de língua e literatura. Por volta de 1965, ganhei uma bolsa para o doutorado e o tema seria o processo político brasileiro de 1930 a 1964. Estive no Brasil por alguns meses, tentando desenvolver a pesquisa e escrevi, novamente, um trabalho nada científico, que felizmente deixei de lado. Provavelmente eu teria continuado a pesquisa para completar o doutorado, mas houve dois fatores que interferiram. Em primeiro lugar, tive grande dificuldade de encontrar documentação adequada no Brasil no final da década de 1960; e na medida que as fontes eram de difícil acesso para mim, desenvolver a pesquisa era um trabalho frustrante. Em segundo lugar, quando voltei à Inglaterra na primavera de 1967, o movimento estudantil havia explodido e se tornou rapidamente uma preocupação prioritária, colocando de lado todos os outros compromissos e responsabilidades.

6. Voltemos a seus trabalhos sobre a Inglaterra – *Origins fo the present Crisis, Socialism and Pseudo-Empiricism* e *Components of the National Culture* e às polêmicas que suscitaram.

É importante ressaltar que havia mais pessoas desenvolvendo esse tipo de trabalho. Tom Nairn, profundo conhecedor de Gramsci, a quem já me referi anteriormente, em muitos aspectos foi quem concebeu originalmente as idéias fundamentais sobre a sociedade, a política e o passado ingleses

que desenvolvemos. Foi ele quem deu o primeiro impulso nessa direção. Os trabalhos que desenvolvemos em 1964 e 1965 sustentam que a burguesia inglesa, ao contrário do que defende o marxismo convencional, apresenta uma tradição histórica bastante débil e incompleta, e criticávamos duramente as principais tradições do movimento trabalhista britânico como sendo extremamente subalternas e reformistas no sentido gramsciano, e propúnhamos novas orientações estratégicas. O tom dos ensaios era extremamente selvagem e agressivo em relação às tradições britânicas, à cultura britânica e à política britânica existentes.

Dentre as pessoas que viviam e atuavam em Londres, naquela época, evidentemente, quem exerceu a maior influência sobre nós foi o grande historiador marxista Isaac Deutscher, que era, de certa forma, um mentor e uma inspiração para todos nós. Em uma conversa, certa vez, ele disse: "vocês, jovens, são culpados do que nós chamamos de nihilismo nacional", expressão que foi cunhada por um articulista ao descrever a posição dos luxemburguistas a respeito da independência polonesa, marcada pela negação da existência de qualquer valor nas tradições nacionais. E nossos ensaios eram, sem dúvida, profundamente hostis no seu tom e em suas referências a tudo que fosse britânico.

Uma informação adicional, embora seja de caráter pessoal, mas que talvez se relacione com o tom dos trabalhos, é que, por acaso, os dois principais responsáveis por esses ensaios, eu e Tom Nairn, não somos realmente de origem inglesa. Tom Nairn era um escocês com uma forte hostilidade, tipicamente escocesa, em relação à cultura britânica dominante e eu um anglo-irlandês sem qualquer afeição ou identidade por qualquer valor nacional.

Esses ensaios tocaram e ofenderam duramente Edward Thompson que é, não apenas um grande historiador socialista e, então, marxista, mas também um indivíduo com elevado senso de patriotismo e profundo sentimento e respeito por várias das tradições inglesas. Havia ali, portanto, elementos para uma clássica polêmica. Thompson escreveu um ataque bastante valoroso, que era uma denúncia chamada *The peculiarities of the English*, a que eu respondi da mesma forma, mas com muito mais dureza, e me arrependo disso. Esse foi, de certa maneira, um episódio famoso na história intelectual da esquerda na Inglaterra nos anos sessenta.

Mas não parei por aí. Em 1968, sentimos a responsabilidade da *New Left Review* apoiar o movimento estudantil e produzimos um livro que foi amplamente vendido, chamado *The Student Power*, uma coleção de ensaios sobre os problemas do movimento estudantil. A minha contribuição nesse livro foi um ataque centrado muito mais na cultura britânica e desenvolvendo os temas sobre a política inglesa que já havíamos abordado no passado.

No próximo ano, voltarei a esses ensaios para republicá-los juntamente com material mais recente, e terei que reexaminá-los, criticamente, à luz

dos acontecimentos desses últimos vinte anos e fazer, talvez, alguma auto-crítica já distante do polêmico sucesso do passado.

7. Vamos finalmente para o terreno da história. Conte-nos algo da elaboração de *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* e de *Linhagens do Estado Absolutista*.

As origens desse trabalho são novamente de 1968/69, depois da derrota de Maio de 1968 na França. Senti necessidade de produzir alguma coisa nova sobre a natureza do Estado, desse Estado capitalista, que foi capaz de ser vitorioso sobre o movimento de 1968. E longe de ser uma preocupação solitária, acredito que muitos na esquerda sentiram essa mesma necessidade.

Isso se relacionava a uma antiga preocupação que vinha de minha formação gramsciana, sobre a natureza das diferenças entre o Estado e a sociedade civil na Europa Oriental e Ocidental. A utilização que havíamos feito de Gramsci até aqui, havia sido fundamentalmente analítica, orientada para o lado do pensamento de Gramsci que procura fornecer uma teoria muito mais historicamente fundamentada sobre as peculiaridades da sociedade italiana, que não havia passado por uma Revolução Francesa, que tinha sua Igreja, seus intelectuais, etc. Queríamos fazer algo semelhante para a Inglaterra. O que aparecia, agora, era o outro lado de Gramsci, o lado preocupado com a estratégia, e que procurava conceber um caminho para o socialismo no Ocidente que fosse distinto do que havia se desenvolvido no Oriente. Aqui, apareciam todas as suas famosas formulações sobre o Estado e a sociedade civil, considerando a sociedade civil muito menos rígida e mais gelatinosa no Oriente e muito mais estruturada e dominante no Ocidente. Sempre me senti fascinado por essas análises, mas nunca as havia trabalhado. Assim, meu projeto em 1967 era, na realidade, apenas um ponto de partida com esses fragmentos de Gramsci sobre o Estado e a sociedade civil no Oriente e no Ocidente. Minha intenção era analisar detalhadamente a realidade histórica subjacente a esse contraste levantado por Gramsci.

E escrevi um ensaio curto sobre as distinções entre o Oriente e o Ocidente. Esse ensaio foi discutido no comitê editorial da *New Left Review* e duramente criticado. Voltei, então, ao trabalho e escrevi um ensaio mais extenso e mais ambicioso, já em 1970. Durante todo o trabalho, procurei focalizar a mesma questão que já me havia posto anteriormente: qual é a realidade histórica que sustenta essas distinções. Na verdade, à medida que o trabalho se desenvolvia, me senti forçado a retroceder mais e mais no tempo. À princípio, pensei que pudesse resolver a questão nos limites do século XIX, mas fui, aos poucos, percebendo que teria que voltar muito mais no tempo para poder examinar o problema do absolutismo — por que o absolutismo sobreviveu por tanto tempo na Rússia, que forma de Estado é o absolutismo, etc.

Finalmente, escrevi um manuscrito que continha cinco capítulos. Havia um capítulo sobre as revoluções burguesas, um sobre o Estado capitalista, um capítulo sobre as revoluções socialistas em oposição ao Estado capitalista e, finalmente, um último sobre os estados operários – qualquer que seja a denominação que lhe dermos – após as revoluções socialistas. Essa foi a concepção original da obra, e a submeti novamente à discussão da editoria. Houve várias críticas e voltei então, mais uma vez, a refazer o trabalho. O resultado disso foram dois livros que, finalmente, vieram à luz: um sobre o absolutismo e um sobre a antiguidade e o feudalismo. Não tinha a menor idéia, quando comecei esse trabalho, que pudesse retroceder tanto a ponto de escrever sobre a antiguidade clássica. O que achei, na verdade, extremamente fascinante quando me pus a fazê-lo. Isso me fez perceber quantos problemas históricos e teóricos importantes para nós hoje são colocados por toda a experiência do mundo antigo.

Uma outra questão que surgiu para mim ao escrever esses livros foi a percepção do quanto a cultura da esquerda, pelo menos como eu a conhecia na Inglaterra, era empobrecedora; uma cultura que não havia ainda se dado conta da riqueza da moderna pesquisa histórica, faltava-lhe uma integração, um conhecimento profundo e cuidadoso dessa enorme experiência histórica na Europa.

O meu objetivo foi tentar fazer isso acessível de alguma forma. Houve uma espécie de impulso, quase de popularização, na tentativa de escrever esses livros. Mas a inspiração fundamental dessas obras não está clara em nenhum dos dois livros. Sua inspiração fundamental foi a pergunta constante em minha mente sobre como podemos fazer a revolução no Ocidente. Esse era o tema subjacente.

8. Você esperava pela enorme repercussão e êxito que esses livros vêm tendo?

Não creio muito que os livros tenham tido tal reputação. Sinto-me satisfeito com esses livros, posso talvez dizer que me sinto muito mais satisfeito com eles do que com algumas outras coisas que já escrevi. Como já disse, não tenho formação de historiador e, evidentemente, me deixou satisfeito o fato desses livros terem sido vistos e discutidos seriamente por historiadores.

Alguns dos debates mais interessantes na historiografia européia, desde a publicação de meus livros, levantaram temas em que eu havia tocado. Esses temas, que tiveram alguns de seus pontos desenvolvidos muito mais rica e cientificamente, haviam sido, pelo menos, levantados por mim. Minhas respostas podem ter sido erradas, mas minhas perguntas eram corretas. O grande debate internacional nos últimos três ou quatro anos sobre a transição do feudalismo para o capitalismo – estimulado pela obra de meu colega americano Robert Brenner – é atualmente um trabalho intelectual estimulante, com contribuições da França, Alemanha, Polônia, Estados Unidos, Inglaterra. Vejo

esse processo que se como uma justificativa para alguns dos temas que levantei, à minha maneira, nesses dois livros. Posso dizer, portanto, que de maneira global, sinto-me satisfeito com essas obras.

Gostaria de acrescentar, ainda, mais duas outras questões sobre o método dessas obras, que são elementos que considero ainda não apenas corretos como também recomendáveis. Em primeiro lugar, a tentativa de manter um equilíbrio entre uma história puramente narrativa e a ênfase no elemento teórico, tentativa essa que advém de minha própria formação. Por um lado, havia uma história puramente narrativa que faz parte da tradição de historiadores marxistas pertencentes a uma escola bastante rica na Inglaterra, como Thompson, Hobsbawm e outros, que aparece, fundamentalmente, na forma, sem um desenvolvimento teórico explícito. Por outro lado, havia a ênfase no tipo de marxismo originário essencialmente de Althusser, que é extremamente abstrato e filosófico, bastante estimulante e rigoroso dentro de suas próprias exigências, que não apresentava qualquer vinculação a dados empíricos. O que eu quis fazer foi produzir alguma coisa que fosse como contar uma história, mas também contar uma história que fosse uma história fundamentada na razão, onde as razões da história emergissem estruturalmente de uma maneira muito mais clara do que numa narrativa convencional. Isso era possível devido ao longo período analisado, pois, quanto mais longo o período, mais fácil é destacar as variáveis ou constantes estruturais pertinentes.

Um segundo ponto metodológico relevante sobre essas obras, é a tentativa de testar proposições históricas teóricas através de evidências internacionais de longo alcance, isto é, não olhar apenas para os casos que pudessem confirmar uma hipótese inicial, mas também para aqueles que pudessem negar essa hipótese. Analisar as anomalias assim como as regras. Em *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, por exemplo, existem algumas análises que não são, em geral, consideradas como pertinentes a um mesmo campo de estudo. Há, por exemplo, um capítulo sobre a Escandinávia que é, em geral, bastante negligenciada, mas que forma um contraste interessante e coloca a discussão sobre as razões pelas quais o desenvolvimento dessa região é tão diferente do restante da Europa Ocidental. Em *Linhagens do Estado Absolutista*, há dois outros capítulos que me fascinaram bastante. Considerei extremamente interessante discutir por que não houve a formação de um Estado nacional absolutista na Itália, onde houve apenas o desenvolvimento de algumas técnicas do estado absolutista; e o caso da Alemanha.

Esse método é o método comparativo, em que um grande filósofo e teórico liberal, Stuart Mill, insistia. O verdadeiro método comparativo consiste em comparar não apenas o que é semelhante, mas também o que é dessemelhante. Foi o que tentei fazer. Isso é algo que mais historiadores e

sociólogos deveriam tentar realmente fazer; não deixar-se cegar, como muitas vezes ocorre, pela falácia de tamanho: só se olha para os grandes países e grandes experiências e se esquece daqueles que não são necessariamente grandes e se considera, por isso, que não são de interesse; o que não é necessariamente verdadeiro.

9. E a obra sobre as revoluções burguesas que você anunciou no prefácio de *Linhagens do Estado Absolutista*. Em que estágio se encontra?

Espero completá-la em dois anos. As idéias básicas, a arquitetura teórica e histórica do livro, já estão quase totalmente desenvolvidas. Trata-se, fundamentalmente, de uma questão de encontrar tempo e condições para escrevê-lo. Resta-me, ainda, um problema não resolvido, que é a possibilidade concreta de escrever esse livro sem, ao mesmo tempo, escrever a sua seqüência que seria a emergência do Estado capitalista da maneira como o conhecemos hoje.

Um dos temas será o imenso lapso histórico que existe entre as revoluções burguesas e o advento da democracia burguesa. Tema que acredito da maior importância, quando pensamos nas revoluções socialistas em nosso século e que ainda não produziram democracias socialistas. É preciso mantê-lo sempre sob uma perspectiva histórica. Houve trezentos e cinquenta anos entre a primeira revolução burguesa e o advento do que se pode chamar de consolidação da democracia burguesa no século XX. Essa questão coloca um problema na estrutura formal do trabalho. Um tema é, por exemplo, a Revolução Francesa, a Guerra Civil inglesa, as unificações da Alemanha e da Itália. Há depois um outro tema que é o desenvolvimento gradativo do Estado liberal representativo em bases censitárias. Depois, então, o advento da democracia burguesa, das modernas estruturas do estado capitalista parlamentar do século XX.

Há ainda um outro problema a que já me referi. Nesses livros, um ou dois livros, a escala geográfica atingida é muito mais ampla. Os dois livros anteriores foram essencialmente sobre a Europa, com alguma coisa sobre a Ásia. Nos próximos, terei que abarcar muito mais, incluindo os Estados Unidos, Japão, e também a experiência Latino-americana; haverá um capítulo sobre as guerras de independência na América Latina, procurando defini-las de maneira mais rigorosa. Há, portanto, uma espécie de explosão das escalas, e não sei muito bem como vou dar conta desse problema. Mas terei que fazê-lo.

10. Passemos agora às suas obras mais teóricas, por exemplo, *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Decorridos dez anos de sua elaboração, como você o vê hoje?

Se você me perguntasse por que não escrevi ainda uma continuação desse livro, passados já dez anos de sua publicação, da mesma forma que ainda não escrevi o livro sobre as revoluções burguesas, a minha resposta teria dois aspectos. Em primeiro lugar, existe o fato de que eu trabalho nos últimos

três anos como editor da revista e responsável por uma editora que criamos, a New Left Books. Isto tem me absorvido todo o tempo e não me tem permitido desenvolver outros trabalhos.

Mas além disso, a razão fundamental é que nesta última década, entre 1974 e 1984, me senti como que pressionado por uma necessidade de me afastar do campo de meus interesses históricos em direção a um campo mais puramente teórico e filosófico, que, na verdade, sempre fez parte de meus interesses.

Suponho que se se quiser definir o caráter de minha obra, o tipo de interesse e meu temperamento intelectual, pode-se dizer que é a tensão entre o trabalho de caráter mais histórico e empírico — que honestamente considero fascinante — e o trabalho de maior amplitude, de caráter mais filosófico.

A *New Left Review* dedicou muitas de suas páginas à tentativa de sistematicamente introduzir, comparar e criticar as principais correntes da tradição marxista ocidental. Isso foi muito importante para nós, e como já disse, tivemos em nosso corpo editorial as diferentes influências de Gramsci, Sartre, Lukács, Althusser. Também tomamos conhecimento, traduzimos e discutimos as obras da Escola de Frankfurt, Colletti, Della Volpe. Planejamos fazer uma coleção dos ensaios que havíamos escrito sobre essas diferentes escolas e era necessário que se escrevesse uma introdução. Foi-me pedido que o fizesse. Essa é a origem de *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*.

Esse livro foi uma tentativa de fazer uma retrospectiva das correntes mais importantes do marxismo no ocidente, desde a Revolução Russa, e fazer uma espécie de balanço original. O texto foi concluído em 1974 e foi duramente criticado na editoria da revista. É importante lembrar que o corpo editorial da *New Left Review* tinha uma vida coletiva bastante intensa. Embora houvesse textos que eram coletivos, como editoriais, não havia a tentativa de se produzir uma espécie de consenso. Havia toda sorte de críticas a que se tinha que responder antes de publicar um texto. Essa era uma característica da revista.

A versão original do meu ensaio sobre o marxismo ocidental encontrou duras críticas e resistências por parte de meus companheiros e tive que repensar o texto. Não o publiquei por dois anos e, em 1976, o complementei para publicação com um posfácio que pretendia responder às críticas. Fundamentalmente, as críticas diziam: “você está desenvolvendo o trabalho como se procurasse criticar a tradição marxista ocidental em nome de uma restauração do marxismo clássico. Você não é suficientemente crítico com o próprio marxismo. Precisa aplicar o mesmo tipo de pensamento crítico independente aos clássicos — Marx, Lênin, Trotsky, ou quem quer que seja — da mesma maneira que se dispõe a fazer com Gramsci, Sartre, Lukács e outros”. Considerei a crítica procedente e procurei responder a essas preocupações no posfácio.

Em 1978, dois anos depois de haver terminado esse trabalho, Edward Thompson, um velho adversário nos debates sobre a história inglesa, publicou

uma crítica extraordinariamente corajosa contra Louis Althusser, contra a teoria européia continental e de certa forma contra o marxismo, com algum teor anti-marxista, embora não seja essencialmente anti-marxista. Seu livro, *A Miséria da Teoria*, se não for mais que isso, é uma obra de arte impressionante. Muito bem escrito, mas bastante exaltado e, a meu ver, de um efeito muito perigoso sobre o público inglês. E foi lido amplamente. Esperei um pouco, imaginando que algum althusseriano devesse defender Althusser. Nunca fui um althusseriano; embora sempre tenha tido muito respeito e interesse pela obra de Althusser, nunca fui um de seus discípulos. Mas nenhum althusseriano respondeu. Tentamos fazer com que o próprio Althusser escrevesse uma resposta, mas ele também não quis responder. Se ninguém mais ia fazê-lo, eu me poria a escrever.

E foi assim que surgiu um livro que segue a mesma linha de *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, chamado *Arguments Within English Marxism*, que é uma resposta sistemática a Edward Thompson mas, ao mesmo tempo, um exame de toda sua obra. Poderia dizer que nesse livro pode-se encontrar minha visão total e avaliação de toda a gama dos escritos de Edward Thompson (acredito que seja publicado em espanhol, em um ou dois meses).

O livro discute muitas das questões teóricas da história — o que é causalidade histórica, quais são os agentes da história, qual é a especificidade de uma história marxista em oposição a uma história não marxista, qual o papel da moral e da estratégia, e os diferentes aspectos da moral e da estratégia numa sociedade socialista, além de discutir vários outros aspectos específicos que preocuparam Edward Thompson, como o stalinismo, etc.

Esse livro é duas vezes mais longo que *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* e pode-se dizer que contém, de certa forma, a essência de minhas posições políticas e intelectuais. Em muitos aspectos, esse livro contém muito mais do que outras de minhas obras.

O livro teve uma conseqüência feliz porque, embora Edward Thompson o tenha negado em sua polêmica, o livro contribuiu para trazer à tona a situação das duas tendências na esquerda britânica. E nos anos seguintes, de 1980 a 82, colaboramos com Edward Thompson numa coleção importante sobre a nova guerra fria e a corrida armamentista, chamada *Exterminism and the cold war*. Essa obra é uma coleção de ensaios da mais ampla abrangência incluindo, por exemplo, althusserianos, Balibar, italianos, franceses, alemães, russos, americanos, japoneses e vários outros. Trata-se, portanto, de uma contribuição altamente internacionalista na luta pela paz, introduzida pelo ensaio de Edward Thompson. Isso, evidentemente, não significa que se extinguíram todas as divergências.

Finalmente, gostaria de falar sobre minha publicação mais recente, data de 1982 *. Essa obra é efetivamente uma seqüência a *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, na medida que é uma tentativa de reexaminar alguns

aspectos do livro. Fui convidado a dar três palestras sobre o problema da teoria crítica contemporânea, no Departamento de Literatura de uma universidade americana. Decidi, simplesmente, voltar a algumas posições e prognósticos que havia apresentado em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* para ver, até que ponto, isso havia sido confirmado ou desconfirmado, isto é, ver se ainda era válido quase dez anos depois. E esse é fundamentalmente um livro sobre a chamada crise do marxismo, é um ataque a essa noção.

O livro consiste essencialmente em quatro partes. A primeira, é uma discussão de como o marxismo se fortaleceu no mundo anglo-saxão. Nas décadas de 1950 e 1960, quando era estudante ou quando comecei na *New Left Review*, o marxismo era extraordinariamente frágil no mundo anglo-saxão. A produção marxista é agora bastante forte, na Inglaterra especialmente, e acredito que seja bem mais forte do que em qualquer outro país capitalista. Levantei a pergunta de por que acontece esse desenvolvimento tão promissor e procurei explicar o significado dessa mudança para nós, que deveria ser muito positiva.

A segunda parte é uma discussão do estruturalismo e do pós-estruturalismo essencialmente na França, discussão que foi uma espécie de fonte teórica da ideologia do marxismo francês. É uma crítica teórica bastante dura ao uso e abuso dos tipos de modelo de língua e linguística, que pode ser relacionado com as idéias fundamentais de Lévi-Strauss, Derrida, Foucault e Lacan.

A terceira parte discute a obra de Jürgen Habermas como sendo em alguns aspectos complementar à produção da escola parisiense mas, ao mesmo tempo, decisivamente superior a ela.

Por último, a quarta parte é uma discussão das razões subjacentes do que seria a crise do marxismo nos países latino-americanos, basicamente à luz dos desenvolvimentos da política mundial. Nessa parte, procuro definir uma posição contemporânea do que é válido no marxismo hoje, na década de 1980, e como isso deveria se relacionar com o socialismo. E é bom ressaltar que cultura socialista não é a mesma coisa que cultura marxista; ela é, como sempre foi, muito mais ampla do que a cultura marxista, e o será sempre.

Outras questões levantadas são o papel do movimento de mulheres, a discussão do feminismo, que é muito importante nos países capitalistas avançados; os movimentos pacifistas, ecológicos, etc.

Trata-se, basicamente, de um balanço do marxismo nos anos oitenta. Esse livro procura dar uma resposta à pergunta que me formulei sobre os acertos de meu livro *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Eu diria simplesmente que a maioria dos prognósticos que havia feito no final dessa obra, de que o marxismo puramente filosófico, epistemológico da tradição marxista ocidental deixaria de existir ou entraria em crise e morreria enquanto uma tradição, estavam corretos. Isso aconteceu, mas aconteceu de forma muito mais ignóbil do que eu esperava. Tentei discutir o que aconteceu com

pessoas como Colletti, ou mesmo Sartre e, de outra forma, também com Althusser. Como começaram a abandonar totalmente o marxismo. Mas houve, ao mesmo tempo, o crescimento de um novo marxismo embasado empiricamente, abordando os problemas reais da economia, política e história. No entanto, o que não aconteceu, que eu havia previsto e esperava que acontecesse, era uma reintegração entre a teoria marxista e a prática política popular de caráter revolucionário. E discuto as razões pelas quais esse ainda é um marxismo bastante precário em alguns aspectos.

Há ainda uma outra revisão do passado, que é bastante importante para mim, do ponto de vista intelectual. Ao escrever essa obra, tomei consciência da subestimação da produção e do valor permanente da Escola de Frankfurt na tradição marxista ocidental como um todo. Esse foi um elemento que, como já disse, esteve praticamente ausente da *New Left Review*. Embora tivéssemos uma enorme admiração, por exemplo, pela obra de Adorno, isso não foi incorporado intelectualmente com a profundidade que deveria ter sido; tivemos muito bom relacionamento com Marcuse, cuja obra publicamos bastante cedo, mas no entanto, ela não foi assimilada o suficiente. A consequência disso, foi que nunca tomamos seriamente a obra de Habermas, que provou ser a surpreendente exceção à idéia de que a grande tradição marxista ocidental estava entrando em exaustão. A Escola de Frankfurt, com seu marxismo altamente elaborado, trabalha com um universo diferente e representa um projeto intelectual que é profundamente impactante, politicamente fiel a si mesmo, e que não aborda algumas das questões levantadas pelos intelectuais franceses da década de setenta. Mas a obra de Adorno, Marcuse, Max Horkheimer, tentou trabalhar alguns elementos que sempre estiveram presentes no materialismo histórico e incorporar a ele um fundamento ético que retém, em seu espírito, algo do nível da tradição clássica alemã, a tradição do idealismo alemão, uma tradição muito importante para Marx.

Tenho hoje uma atitude bastante diferente da que tinha naquela época em relação a essa corrente particular da tradição marxista ocidental. Se há um filósofo que deve ser levado a sério na esquerda, nos países capitalistas avançados, não há qualquer dúvida de que deva ser o escritor sem charme, bastante seco, que é Jürgen Habermas, e não esses tipos que se autopromovem, encontrados nas capas das revistas.

11, Você tem algumas posições sobre a chamada "nouvelle histoire", na França, ou sobre a revista "*Annales*", por exemplo, sobre as posições defendidas por François Furet?

Isso é bastante complexo. A escola dos "*Annales*" provou ser extremamente rica, e não há qualquer dúvida a esse respeito. Ninguém que ame a história pode deixar de ter por ela uma tremenda admiração. Marc Bloch, por exemplo, foi, de longe, o maior historiador de sua geração. É impos-

sível não ter por ele, até mesmo, paixão. No entanto, os "Annales" passaram por toda uma série de fases diferentes e não posso dizer que eu tenha grandes afinidades com sua fase atual. François Furet é, em minha opinião, muito mais um ideólogo do que na realidade um grande historiador. O historiador mais importante da mesma tendência ideológica seria Emmanuel Le Roy Ladurie, cuja obra jornalística é intelectualmente um desastre, mas que é um historiador sério, e eu não gostaria de misturar as duas coisas.

Há um bom artigo sobre a história da Escola dos "Annales", escrito pelo secretário da revista, Jacques Rovel, publicado na revista há cerca de dois ou três anos. Esse artigo apresenta uma clara periodização dos diferentes paradigmas de pesquisa pelo qual passou a "Annales"; e conclui, de certa forma, dizendo que a revista está hoje muito mais sem orientação do que sempre esteve no passado. Há o período de Bloch, Febvre; o período de Braudel, e outros períodos; e o período atual, que não é, de forma alguma, claro.

Chamo atenção, aqui, para um outro aspecto. Muitos dos principais historiadores marxistas de meu país têm uma abordagem histórica econômica e social, o que, de certa forma, é natural na medida que o marxismo tem como paradigma o modo de produção e as relações sociais como um todo. Eles têm, portanto, um ponto de aproximação com os "Annales", embora a escola dos "Annales" não seja marxista — se há um historiador marxista de vulto na tradição dos "Annales", é Pierre Vilar. Esse desenvolvimento característico da historiografia inglesa é bastante natural e saudável e ainda ocorre com a jovem geração de historiadores marxistas.

Quando me referi anteriormente ao fato de que meu primeiro contato sistemático com o marxismo foi de certa forma muito mais através de Lênin do que de Marx, foi que por isso tem marcas em mim ainda hoje. Não é algo de que faça a apologia, mas o que quero dizer é que, de alguma forma isso facilitou a minha rápida apreensão de Gramsci, isto é, sempre dei um valor central à política, ao Estado, e não à história econômica e social, ou mesmo à história cultural que também é um aspecto que me interessa muito e que procuro introduzir sempre que possível. Mas o tema central é essencialmente um tema político. E isso é algo em que a escola dos "Annales" tem profundo desinteresse. Eles abandonam totalmente esse terreno de forma muito mais evidente do que nossos historiadores marxistas ingleses. Existe um tipo de narrativa política em Christopher Hill, Eric Hobsbawm ou em Edward Thompson; embora esse não seja o seu tema central, é bastante diferente da abordagem em "Annales". Mas eu permaneço absolutamente comprometido com uma história política que é, por definição, uma história muito mais narrativa do que a história social. Esse é um aspecto que procurei discutir em meu livro sobre Edward Thompson.

Assim, depois de escrever dois livros sobre história, produzi uma espécie de trilogia composta por *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, o livro sobre Edward Thompson, sobre o marxismo inglês, e este meu último livro que espero tenha fechado essas questões para que eu possa me dedicar a outros assuntos. *

* Entrevista realizada pelo Professor Modesto Florenzano, com a participação das professoras Ilana Blaj e Vavy Pacheco Borges, por ocasião de sua vinda à PUC, a convite da Revista Projeto História, no dia 21 de agosto de 1984.

* Trata-se do livro *In the Tracks of historical materialism (Nas trilhas do materialismo histórico)*.

Nota do Entrevistador

* Nota do entrevistador. Todos os trabalhos de Perry Anderson foram originalmente publicados, ou como artigos na *New Left Review*, ou como livros pela *New Left Books*, editora ligada à Revista e que recentemente mudou de nome, passando a se chamar *Verso*. Entre os artigos temos:

- "The Swedish Model" NLR, nº 7 e 8
- "Portugal and the end of Ultra-Colonialism" NLR, nº 17; traduzido para o português pela Editora Civilização Brasileira com o título de *Portugal e o fim do Ultra-Colonialismo*, Rio de Janeiro.
- "Origins of the Present Crisis" NLR, nº 23
- "Socialism and Pseudo-Empiricism" NLR, nº 35
- "Components of the National Culture" NLR, 1967; traduzido para o castelhano pela Editora Anagrama com o título de *La Cultura Represiva* (subtítulo *Elementos de la Cultura Nacional Británica*, prefácio de Ernesto Laclau), Barcelona 1977
- "The Antinomies of Antonio Gramsci" NLR, 1976

E entre outros livros:

- *Passages from Antiquity to Feudalism e Lineages of the Absolutist State*, ambos publicados em 1974 pela NLB. O primeiro já traduzido para o português pela Editora Afrontamento com o título de *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, Porto, 2ª edição, 1980. O segundo também será traduzido e publicado ainda este ano pela mesma editora.
- *Considerations on Western Marxism*, NLB, 1976; traduzido para o portu-

- guês pela Editora Afrontamento com o título de *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, Porto, 1980.
- *Arguments Within English Marxism*, NLB, 1980.
 - *In the tracks of historical Materialism*, Verso, 1983.